



**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

Na última edição do semanário Expresso dá-se conta de que «a primeira metade do ano correu mal à TAP e isso está refletido nas contas. A companhia apresenta prejuízos elevados no primeiro semestre: 119,7 milhões de euros, os mais altos desde a privatização. Em 2018 os prejuízos da TAP foram de €90 milhões nos primeiros seis meses do ano, o que já era um significativo agravamento face aos resultados negativos de €54 milhões no período homólogo, mas este ano serão ainda piores».

A 2 de julho p.p, por requerimento do CDS-PP, realizou-se uma audição do senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, a propósito do pagamento de prémios no total de 1,2 milhões de euros a 180 colaboradores da TAP, sem o consentimento do acionista Estado, e depois de um ano com elevados prejuízos.

Na altura, o senhor Ministro mostrou-se “indignado” com o pagamento dos referidos prémios, argumentando que o mais grave nem foi o valor dos prémios, mas sim a forma como foram decididos, e garantiu que o Governo estava a tentar promover uma melhor relação para assegurar o acompanhamento mais regulador da gestão corrente da empresa.

Antes, aquando da revelação da atribuição dos prémios, o senhor Ministro afirmou publicamente que esta constituía "uma quebra da relação de confiança entre a Comissão Executiva e o maior acionista da TAP, o Estado português".

A administração da TAP justificou o prejuízo de 118 milhões de euros, em 2018, com a subida dos preços do petróleo, a operação no Brasil e as indemnizações por atrasos.

Mas no primeiro trimestre deste ano, a que se referem os prejuízos agora divulgados pelo Expresso, estas fatores não se verificaram.

O que justifica, então, o agravamento dos prejuízos da companhia, cuja privatização foi revertida pelo Governo socialista? E quanto é que os contribuintes vão ser chamados a pagar por estes prejuízos?

O CDS-PP considera a situação grave e entende ser urgente obter explicações por parte do senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1- Confirma o Governo este montante em prejuízos, da TAP, para o primeiro semestre, agora divulgado?**

**2- Confirmando-se este montante, os prémios de 1,2 milhões de euros pagos a 180 colaboradores da TAP foram contabilizados como fazendo parte destes prejuízos, ou não?**

**3- Em caso negativo, de que forma foram os prémios incluídos e qual o seu impacto nas contas da TAP?**

**4- Quanto é que os contribuintes vão ser chamados a pagar por estes prejuízos?**

**5- O Estado vai manter a confiança na Comissão Executiva da TAP, nomeadamente nos administradores que o representam?**

Palácio de São Bento, 25 de setembro de 2019

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)